



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5784/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Jarinu
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU
Período 06/2017
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável ROBERTO CARLOS ANTONUCCI
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 079.617.568-33
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

| Órgão | RP Proces | RP Não Proces |
|--------------|------------------|----------------------|
| | | |

| | | |
|----------------------------|--------------|---------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU | R\$ 5.343,73 | R\$ 21.816,23 |
|----------------------------|--------------|---------------|

Movimentação no Exercício

| Nome Órgão | Inscrições | Pagamentos | Cancelamentos |
|----------------------------|------------|---------------|---------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU | R\$ 0.00 | R\$ 27.159,96 | R\$ 0.00 |

Posição atual

| Nome Órgão | RP Proces | RP Não Proces | Red Esperada |
|----------------------------|-----------|---------------|--------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 6.789,99 |

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|------------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2017 | R\$ 1.793.556,28 | R\$ 97.103.962,48 | 1,8470% | 1,8470% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,8470%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|---|------------------|
| Disponibilidade Financeira no final do período | R\$ 468.134,10 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até o período | R\$ 0,00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período | R\$ 6.460,44 |
| (-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar | R\$ 242.987,97 |
| (=) Liquidez do Período | R\$ 218.685,69 |
| (+) Saldo da Receita Prevista a Realizar | R\$ 1.676.000,02 |
| (-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar | R\$ 1.894.685,71 |
| (-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar | R\$ 0.00 |
| (=) Liquidez Projetada | R\$ 0,00 |

A verificação da situação de liquidez apresenta superávit no resultado do período atual e equilíbrio no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não

necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 41,19%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

| | |
|--|------------------|
| Repasse total da Prefeitura | R\$ 1.675.999,98 |
| Despesas com inativos e pensionistas | R\$ 31.699,86 |
| Despesas com folha de pagamento | R\$ 708.905,52 |
| Despesa com folha/Transferências realizadas | 41,19% |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00% |

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

| | |
|---|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior | R\$ 73.217.460,78 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores | R\$ 372.000,00 |
| Limite art.º 29-A da CF/88 | 5,00% |
| Apuração do limite | 0,51% |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,51%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

| | |
|--|-------------------|
| População do Município (*) | 28012 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior | R\$ 73.217.460,78 |
| Percentual Máximo Permitido | 7,00% |
| Valor Permitido para Repasses | R\$ 5.125.222,25 |
| Total de Despesas do exercício | R\$ 1.425.614,43 |
| Percentual Apurado | 1,95% |

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,95%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 19/08/2017

Hora da Geração: 01:34:35